

Figueiredo admite complementar pacote

O presidente Figueiredo afirmou ontem no programa "O povo e o Presidente" que é bem possível que novas medidas ainda sejam necessárias para complementar as que foram adotadas na semana passada e disse que o Governo está ouvindo e recebendo sugestões e poder ser que ainda seja preciso tomar novas decisões.

O Presidente admitiu, também, pela primeira vez, iniciar negociações diretas com os banqueiros credores do Brasil, "que têm os seus próprios interesses". Essa é a chave da questão: eles têm os seus próprios interesses, observou o Presidente, acrescentando que por isso "nós temos de negociar para chegar no ponto em que conciliámos os interesses deles com os nossos". Eles querem ganhar dinheiro e querem garantias de que nós pagaremos. Nós precisamos do dinheiro para o nosso desenvolvimento. Ai temos de entrar com a nossa seriedade como parceiros, temos de mostrar que o País tem capacidade de crescer e temos de mostrar que somos capazes de vencer as nossas dificuldades".

Figueiredo acrescentou que negociar a dívida, a sua forma de pagamento, "não quer dizer que nós vamos passar a obedecer aos bancos internacionais, nem ao FMI. O FMI — disse — é apenas um fundo de recursos, que pode nos emprestar dinheiro a juros mais baixos que os bancos".

"Quando você toma dinheiro emprestado no banco, o banqueiro não vai passar a mandar na sua vida. O máximo que ele pode fazer é não emprestar o dinheiro" — observou o Presidente.

Justificando o **pacote** de medidas econômicas adotadas na semana passada pelo governo, o presidente Figueiredo afirmou que essas medidas têm como principal objetivo o combate à inflação. "Se nós não conseguirmos reduzir a inflação fica impossível tomar qualquer outra medida, desenvolver qualquer programa em benefício do povo. Nós — acentou Figueiredo — podemos até conviver com uma inflação moderada, como já aconteceu no ano passado, mas não como uma inflação superior a cem por cento ao ano. Com uma inflação dessa ordem, ninguém consegue produzir nem planejar nada. Nem no governo, nem na iniciativa privada. E quem acaba sofrendo as piores consequências é o trabalhador".